

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Perantim

Class.: 253

Data: Jul-Ago/92

Pg.: 05

### ROUBO DE MADEIRA

# Na sombra da impunidade

*Relatório de entidades pró-índio de Rondônia mostra que a escandalosa ação das madeiras conta com a conivência e a omissão das autoridades*

A retirada ilegal de madeira nobre de áreas indígenas continua em plena atividade. O negócio envolve centenas de empresas madeireiras, toreiros e vendedores autônomos que extraem anualmente milhares de metros cúbicos de madeiras. O mais grave é que esses grupos agem impunemente graças ao apoio recebido de governos estaduais e de políticos. Além disso, a falta de atuação dos órgãos públicos responsáveis pela proteção do patrimônio indígena — principalmente pela falta de verbas e de autoridade — facilitam estas ações.

As invasões das madeiras têm provocado sérios conflitos, alguns resultando em mortes. No final do mês de junho passado, um grupo do povo Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, matou a flechadas um madeireiro e feriu outro gravemente. Vinte dias depois, um grupo do mesmo povo prendeu 15 madeireiros que retiravam madeira de sua área.

Diante deste quadro escandaloso, entidades governamentais e não governamentais uniram suas forças, no ano passado, num trabalho inédito para denunciar as empresas madeireiras que atuam em Rondônia e em Mato Grosso. Um dos primeiros resultados do grupo — formado pela Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia), Cimi-RO, Funai, Ibama, Polícia Florestal, Ação Ecológica Vale do Guaporé (Ecoporé), Comissão de Apoio Indigenista ao Povo Nhambiquara (Awaru), Associação de Preservação e Recuperação das Áreas Indígenas e Grupo de Trabalho Missionário Ecumênico — foi um relatório com os nomes dos proprietários das madeiras e com a quantificação de metros cúbicos de madeiras roubadas desde 1986.

Em Rondônia, segundo o relatório, "a exploração ilegal de madeiras nas áreas indígenas iniciou-se há nove anos, sempre num processo predatório aos povos indígenas, do ponto de vista social e ambiental, com a agravante conivência da Funai até o início de 1991". Este processo tem provocado, como demonstra o documento, sérios danos aos índios. Entre eles: a redução dos recursos naturais para a prática da medicina tradicional, prejudicando em 90% a pajelança; a adoção de vícios como alcoolismo, fumo, tóxicos e costumes estranhos à sua cultura; inadequado relacionamento com a sociedade envolvente, acentuando a perda da sua identidade cultural; além da evidente depredação ambiental.

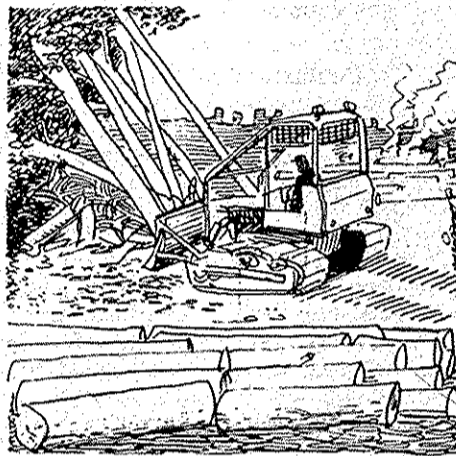
#### Áreas Indígenas saqueadas

Dez áreas indígenas são citadas como as mais atingidas pela ação predadora de madeiras. São elas: Tu-

barão Latundê, dos povos Alkana e Nambikuara, nos municípios de Comodor (MT), Rolim Moura, Vilhena e Pimenta Bueno (RO), de onde foram retirados 55 mil metros cúbicos, por 23 madeiras, desde 1986. Nas áreas indígenas Aripuanã e Roosevelt, dos Cinta Larga, nos municípios de Espigão D'Oeste e Pimenta Bueno, sete madeiras exploraram 300 mil metros cúbicos de madeira. Da Área Sete de Setembro, dos Suruí, foram retirados 80 mil metros cúbicos, por 13 madeiras. A Área Uru-Eu-Wau-Wau foi a mais saqueada, com a retirada de 350 mil metros cúbicos.

Entre os Sakirabiar e Makurap, da Área Mequéns, foram retirados 300 mil metros cúbicos. Na Rio Branco, dos Tupari, Aruá, Makurap e Jabuti, municípios de Alta Floresta, Cacoal e Nova Brasilândia, houve a extração de 100 mil metros cúbicos por 14 madeiras. Na reserva Biológica do Guaporé, município de alta Floresta, Cacoal e Isidrolândia, com a presença de índios não contactados, estima-se a retirada de 230 mil metros cúbicos. Em Igarapé Lourdes, dos Gavião e Arara, município de Jiparaná, foram retirados 50 mil metros cúbicos. Foram retirados dez mil metros cúbicos das terras dos Omeré, município de Cerejeiras, estes considerados isolados. Na Área Morena, dos Cinta Larga, municípios de Aripuanã (MT) e Juína (MT), houve retirada de madeira mas não foi possível estimar os números.

O roubo de madeira ocorre em períodos alternados. No levantamento feito pelas entidades foi possível identificar, no período de 1986 a 1992, uma parte dos proprietários das madeiras, dos toreiros e dos vendedores autônomos. Entretanto, muitos nomes ficaram incompletos porque os índios que deram depoimentos não sabiam informar todos os dados. Caberá aos órgãos competentes o prosseguimento das investigações. Sabe-se, en-



tretanto, segundo a Funai, que aproximadamente 800 madeiras atuam nas terras indígenas da região.

#### As empresas envolvidas

As empresas madeiras e seus proprietários envolvidos são: Madal, de José Magdalão; Incomad, de Valdir Bonatto; Imassu SP, de José Ademir Molim; Laurama do Norte, de Zugman; Sthil; Behl Melpar; Sincol; destas últimas não foram identificados os proprietários. Foram também levantados nomes de autônomos que não possuem nenhum registro de firma. São eles: Lourenço Compagnoni, Divan Vitorino, Deusdeth Thiago Rocha. Todos estes citados atuam na Área Indígena Mequéns.

Na Área Rio Branco os responsáveis pela retirada de madeira, no período de 1986 a 1991, foram: Fuzari, de Batista Marcos Fuzari; Meridional, de Paulo Cunha Machado; Evilásio, de Evilásio Maia; Indústria e Comércio Ribeiro Ltda., de Antônio Machado Cunha; Sincomader Scherer Indústria e Comércio, de Ari Inácio Scherer; Sabrisa Ltda., de Sérgio Savagnade; Noroeste Ltda., de Manoel Antônio Alves; César Paulista, de César Paulista; Luiz Passamani, de Luiz Roberto Passamani; além das madeiras Melpar, Turcano e Napoli Madeira Rondônia Ltda. Na reserva Biológica do Guaporé são citados: Cé-

zar Paulista, José Magdalão e as empresas Mapel, Sabrisa, Vale do Guaporé e Glowafski/Incomaro, de Mário Glowafski.

Na Área dos Nambikuara (MT), foi firmado (depois sustado pela Justiça) um contrato ilegal, em 1986, entre Romero Jucá, ex-presidente da Funai, e Vilson Piovezan Pompermayer. Marcos Antônio, Antônio Bocaski e Valentim Bocaski também roubaram madeira nesta área. Em Sete de Setembro, foram identificadas a Madeireira Imatal, de Fernando Jesus Matana, Noroeste Ltda., de Manoel Antônio Alves Menezes; Gralha Azul Ltda., de Sebastião Fiorotti; Imperador, de Eraldo Pafúncio Lenge; E. G. P. Finix, de Paulo e Reinaldo; Espírito Santo, de Berger; e Imperial, de Isaac Lenze e Moschen. No Igarapé Lourdes, foi detectada apenas a Madeireira Brasil Central, de Luiz Roberto Passamani.

Na Serra Morena, além da presença da Madeireira Aripuanã, de Ademar Regaretti, parte da área indígena será alagada por causa de uma usina hidrelétrica, em fase final de construção. Nas áreas localizadas em Espigão D'Oeste, os madeireiros usam tratores e até frota de caminhões para o carregamento. São eles: Antônio Balbinotti, Valdir Shustr, Sebastião Fiorotti e as madeiras Mercantil e Siriolli Indústria e Comércio.

A área Uru-Eu-Wau tem sido, nos últimos anos, a mais atingida. Foram identificadas 13 madeiras e existem centenas de toreiros e vendedores autônomos envolvidos. As madeiras são: Mad Port de Madeiras Ltda., Mad Altoe Ltda., Catanco Cia. Ltda., de Ernesto Catanco; Cometa, de José Aparecido da Silva; Napoli Ltda.; Andrade, de Nilson Amaral Andrade; Incomad, de Valdir Bonatto; Italcom, de José Damiano; Icomar, de Valdemar Costa Francisco Marques.

Ieda Maria Cavalcante

### Os Parakanã estão sendo saqueados

Duzentos e noventa e duas toras de mogno e cedro foram apreendidas pela Funai em Belém, numa operação conjunta com a Polícia Federal e o Ibama, iniciada no dia quatro de agosto último, na Área Indígena Apyterewa do povo Parakanã, no Pará, informou Tarcsio Feitosa, da Prelazia do Xingu.

Foram encontrados dentro da área dois acampamentos das madeiras Perachi e INPA/MASA e um garimpo explorado por João Cordeiro (conhecido por João Cai-Cai) além de mais um garimpo e uma serraria em fase de instalação. Não houve prisão em flagrante e nem apreensão do equipamento de trabalho, tanto que o ga-

rimpeiro João Cordeiro prossegue em suas atividades, alegando ter autorização do DNPM. Ele ainda fez ameaças de comandar uma invasão em massa de garimpeiros, caso a Funai tente usar a força para paralisar suas atividades.

A exploração de madeira nesta área já dura vários anos e existem indícios de que as equipes pretendem se expandir para áreas indígenas vizinhas. Em um fax enviado para a presidência da Funai em Brasília, no dia 19 de agosto, o administrador regional de Altamira, Benigno Marques, revela a existência de novas estradas feitas pelos madeireiros dentro da área Apyterewa, ligando esta à Área Ipixuna. Há tam-

bém informações sobre a presença de madeiras nas outras três áreas indígenas da região. No final de 1990, a Funai entrou com representação junto à Procuradoria Geral da República contra a madeireira Perachi. O processo ainda está em andamento.

Os Parakanã, revoltados com o corte da madeira em suas terras, começaram a se deslocar em direção aos acampamentos das madeiras. Para impedir um possível conflito, o administrador da Funai em Altamira decidiu bloquear as estradas que passam por dentro da área indígena. (Patrícia Saldanha)